

## **ACTA Nº 27**

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e quinze, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamentos dos concursos especiais de acesso
3. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Raposo; António Belo; Carla Medeiros; Elisabete Semedo; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Gonçalo Brandão; Beatriz Rodrigues; Jaime Lourenço; João Rosário; Jorge Veríssimo; Maria João Centeno; Maria José Mata; Ricardo Rodrigues; Rosário Correia;

Não estiveram presentes: Filipe Quirino; Paulo Barbosa; Rute Cotrim e Tiago Nascimento, que justificaram a sua falta, e André Cabral; Bruno Cozetti; Joana Marques Lopes e Nuno Flores que não justificaram a falta;

Relativamente ao ponto de informações o Presidente referiu que tinham decorrido no mês anterior as Jornadas Pedagógicas, que para além da apresentação dos resultados do Sistema Interno de garantia da Qualidade tinha ainda incluído uma apresentação sobre a plataforma de e-learning moodle, dado que se perspectivava que no próximo ano letivo esta plataforma estivesse disponível para todas as UO do IPL.

O conselheiro João Rosário informou que entre Fevereiro e final de Abril de 2015, a Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), conjuntamente vários estabelecimentos de ensino superior de países como França, Holanda, Bélgica, Reino Unido, participou no projeto Businet HedCom Mons 2015, na Haute École Louvain en Hainaut (HELHa).

Esta participação decorreu em Sandoz Mons (Bélgica), Capital Europeia da Cultura 2015, e o objetivo do HedCom Mons 2015 foi a realização por cinco grupos de alunos (cada grupo foi composto por alunos de diferentes estabelecimentos de ensino) de um Plano de Comunicação para cinco organizações culturais de Mons, que incluíam a Orquestra Sinfónica de Mons e vários museus. Esses planos foram depois apresentados no dia 30 de Abril aos representantes das organizações culturais.

A ESCS participou com sete alunas das licenciaturas de Publicidade e Marketing, Relações Públicas e Comunicação Empresarial e de Audiovisual e Multimédia, bem como do professor que coordenou a participação. Globalmente o projeto foi um sucesso, tendo todas as alunas gostado muito de participar no mesmo, o qual também lhes permitiu o contacto com diferentes culturas e formas de trabalhar.

O Conselheiro Jorge Veríssimo, Presidente da ESCS, informou que vai haver uma nova edição da Pós-graduação em Branding e Content Marketing.

Informou ainda que a escola está a trabalhar num protocolo para uma Pós-graduação em Indústrias Criativas tripartida por 3 instituições de ensino superior (ESCS, ESBAL, Faculdade de Letras) e várias outras instituições, entre as quais a Câmara Municipal de Lisboa.

No ponto 2 da ordem de trabalhos o Presidente explicou que a necessidade de alteração destes regulamentos resultava da necessidade de harmonizar os regulamentos dos vários concursos de acesso bem como adaptá-los ao manual académico do IPL entretanto aprovado.

Em primeiro lugar foi apresentado o regulamento para Titulares de um diploma de especialização tecnológica.

Foi apenas sugerido a uniformização da composição do júri, passando o artigo 10º a referir “O júri é composto pelo mínimo de três docentes” e acrescentar um artigo sobre a creditação de competências académicas e profissionais, o Artigo 16.º - Creditação: “Os candidatos colocados têm direito a requerer a creditação da sua formação académica e da sua experiência profissional.”

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

Em primeiro lugar foi apresentado o regulamento para maiores de 23 anos.

Foi apenas sugerido a uniformização das provas específicas de conhecimentos, passando-se a utilizar as disciplinas requeridas nas provas específicas de acesso de cada curso no concurso nacional de acesso ao ensino superior.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

Em terceiro lugar foi apresentado o regulamento para Titulares de outros cursos superiores.

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

Os regulamentos aprovados ficam em anexo à presente Ata.

Foi apenas sugerido a uniformização da composição do júri, passando o artigo 10º a referir “O júri é composto pelo mínimo de três docentes” e acrescentar um artigo sobre a creditação de competências académicas e profissionais, o Artigo 16.º - Creditação: “Os candidatos colocados têm direito a requerer a creditação da sua formação académica e da sua experiência profissional.”

O regulamento foi aprovado por unanimidade.

No ponto 5 da ordem de trabalhos o Presidente referiu que tinha recebido um requerimento de vários alunos de RPCE sobre alguns problemas ocorridos no âmbito da UC de Economia, nesse âmbito reuniram com a docente da UC onde alertaram para a informação que tinha recebido, não tendo havido qualquer contacto posterior por parte dos alunos. Foi pedido à representante da licenciatura de RPCE para se informar se a situação tinha sido ultrapassada.

Na sequência da última reunião do CP em que foi discutida a organização dos horários, o conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tinha sido alargado o grupo de trabalho, tendo sido criada uma comissão de horários que incluía um docente e um estudante de cada curso, e que já tinham começado a trabalhar, sendo o objetivo apresentar uma primeira versão no mês de julho.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu o pedido que foi feito por um aluno da Pós-graduação em Branding e Content Marketing de poder suspender a matrícula no final do 1º semestre e fazer o 2º semestre no ano letivo seguinte. Dado este aspeto estar omissso no regulamento sugeriu que lhe fosse acrescentado o seguinte ponto:

Artigo 11º

1.5 - A título excepcional e devidamente justificado, na impossibilidade de frequência do 2º semestre, o aluno poderá anular a matrícula e reinscrever-se numa edição seguinte, caso a mesma funcione , pagando o valor da propina anual em falta".

A proposta foi aprovada por unanimidade.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu ter a Escola recebido do IPL o calendário para o processo de candidaturas de estudantes internacionais.

Respeitando os prazos estabelecidos neste calendário apresentou a seguinte proposta para a ESCS:

Calendário do concurso Estudante Internacional:

Candidaturas: 1 de junho a 3 de julho

Divulgação da lista provisória de candidatos admitidos: 10 de julho

Reclamações: 13 a 14 de julho

Realização dos exames na unidade orgânica: 16 a 17 de julho

Divulgação dos resultados dos exames: 21 de julho

Consulta dos exames realizados: 22 de julho

Reclamações: 23 a 24 de julho

Divulgação da lista final dos candidatos admitidos: 27 de julho

Matrículas: 7 a 11 de setembro

A proposta foi aprovada por unanimidade.

A Conselheira Maria José Mata propôs um voto de pesar pelo professor Óscar Mascarenhas, recentemente falecido, o qual foi aprovado por unanimidade.

Não havendo assuntos supervenientes a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 13 de maio de 2014

**O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO**

(António José da Cruz Belo)

# **ANEXOS**

## **Regulamento Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior**

**Titulares de um diploma de especialização tecnológica**

**(entra em vigor no ano-lectivo 2016/2017)**

### **Artigo 1.º**

#### **Âmbito**

São abrangidos pelo concurso especial os titulares de um diploma de especialização tecnológica.

### **Artigo 2.º**

#### **Ciclos de estudos a que se pode candidatar**

Compete ao Conselho Técnico Científico (CTC) fixar anualmente, para cada um dos seus cursos de licenciatura, quais os diplomas de especialização tecnológica que facultam o ingresso nesses ciclos.

### **Artigo 3.º**

#### **Condições para requerer a candidatura**

A candidatura a um curso de licenciatura está condicionada à aprovação numa prova de ingresso específica que visa avaliar a capacidade para a frequência do ciclo de estudos em que o estudante pretende ingressar.

#### **Artigo 4.º**

##### **Componente obrigatória da avaliação**

1. A avaliação da capacidade para a frequência de um curso de licenciatura integra, obrigatoriamente, a realização de provas de ingresso específicas.
2. As provas referidas no número anterior são organizadas para cada curso de licenciatura, e têm como referencial os conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível do ensino secundário nas áreas relevantes para cada ciclo de estudos.

#### **Artigo 5.º**

##### **Competência**

Compete ao CTC fixar a forma que deve revestir a avaliação da capacidade para a frequência de cada um dos cursos de licenciatura.

#### **Artigo 6.º**

##### **Periodicidade**

As provas são realizadas anualmente.

#### **Artigo 7.º**

##### **Vagas**

1. As vagas são fixadas anualmente pelo CTC.



2. As vagas serão divulgadas através de edital divulgado no sítio da internet da ESCS.
3. As vagas fixadas serão comunicadas à Direção-Geral de Ensino Superior nos termos e prazos por esta fixados.

## **Artigo 8.º**

### **Inscrição**

1. Podem inscrever-se para a realização das provas de ingresso específicas de avaliação da capacidade para a frequência de um curso de licenciatura os titulares de um diploma de especialização tecnológica.
2. A inscrição para a realização das provas é apresentada nos Serviços Académicos, de acordo com o estabelecido no edital divulgado no sítio da internet da ESCS.

## **Artigo 9.º**

### **Prazos**

1. O prazo de inscrição e o calendário de realização de provas são fixados pelo Presidente da ESCS, sob proposta do Conselho Pedagógico.
2. O calendário de realização das provas mencionará, obrigatoriamente, a data de todas as ações relacionadas diretamente com as provas a realizar.
3. O prazo de inscrição, o calendário e regras de realização das provas serão divulgados anualmente, através de edital divulgado no sítio da internet da ESCS.

## **Artigo 10.º**

### **Júri**

1. O júri é nomeado pelo CTC para cada curso de licenciatura.
2. O júri é composto por um mínimo de três docentes.
3. A organização, realização e classificação das provas é da responsabilidade do júri.
4. A organização interna e funcionamento do júri são da competência deste.

## **Artigo 11.º**

### **Processo de avaliação**

O processo de avaliação da capacidade para a frequência do ensino superior dos titulares de um diploma de especialização tecnológica integra, obrigatoriamente, a realização de provas de ingresso específicas, que podem revestir duas formas:

- a) A realização de provas teóricas, de avaliação dos conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível de ensino secundário, considerados indispensáveis ao ingresso no ciclo de estudos ao qual o estudante se pretende candidatar, ou;
- b) A realização, cumulativamente, das provas indicadas na alínea anterior, e de entrevista para avaliação do currículo escolar e profissional do candidato, bem como das suas motivações.

## **Artigo 12.º**

### **Provas de ingresso específicas**

1. A realização das provas de ingresso específicas visam avaliar a capacidade para a frequência do curso de licenciatura no qual o estudante pretende ingressar.
2. As provas específicas para cada curso coincidem com as respetivas provas exigidas no concurso nacional de acesso.

3. As matérias sobre as quais incidirão as provas teóricas serão afixadas e divulgadas no sítio da internet da ESCS, até trinta dias antes da data calendarizada para o início da realização das mesmas.
4. Será disponibilizada, nos prazos previstos no número anterior, uma prova-modelo que definirá a duração da prova, a cotação-tipo e o material de consulta e/ou apoio permitido, quando aplicável.
5. São admitidos à entrevista os candidatos aprovados na prova específica.
6. A data, local e hora de realização das entrevistas, bem como as pautas com os resultados das mesmas, serão divulgados no sítio da Internet da ESCS.

### **Artigo 13.º**

#### **Classificação**

1. O resultado final é expresso na escala numérica inteira de 0 a 20.
2. A classificação final corresponderá a média ponderada entre a classificação da prova teórica e a classificação da entrevista, sendo nestes casos, o resultado final expresso através de uma classificação numérica na escala inteira de 0 a 20, considerando-se aprovado o candidato que tenha obtido uma classificação não inferior a 10.
3. Na pauta de classificação final os candidatos deverão ser seriados por ordem decrescente de classificação final.
4. As pautas de classificação final serão no sítio da Internet da ESCS.

### **Artigo 14.º**

#### **Efeitos e validade das provas**

1. A aprovação nas provas de ingresso específicas para o acesso ao ensino superior produz efeitos para a candidatura ao ingresso ao par estabelecimento/curso para o qual tenham sido realizadas.

2. Os candidatos podem candidatar-se com provas de ingresso específicas realizadas para cursos de outros estabelecimentos de ensino superior. (esta se estiverem de acordo substitui o texto a vermelho)
3. As provas têm, exclusivamente, o efeito referido nos números anteriores, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações escolares.
4. A prova é válida no ano em que a mesma é realizada e nos dois anos letivos seguintes.

### **Artigo 15.º**

#### **Matrícula/Inscrição**

1. A aprovação no processo de avaliação permite a candidatura à matrícula e inscrição no curso de licenciatura para o qual foi realizado, dentro dos prazos definidos, e mediante o pagamento das taxas e emolumentos devidos.
2. Integram obrigatoriamente o processo individual do estudante todos os documentos relacionados com a realização das provas de ingresso específicas, incluindo as provas escritas efetuadas.

### **Artigo 16.º**

#### **Creditação**

Os candidatos colocados têm direito a requerer a creditação da sua formação académica e da sua experiência profissional.

### **Artigo 17.º**

#### **Outros assuntos**

A resolução de outros assuntos não explicitados neste regulamento é feita caso a caso pelo júri.

### **Artigo 18.º**

#### **Publicação**

O presente regulamento é publicado na 2.ª série do Diário da República.

### **Artigo 19.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

## **Regulamento Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior**

### **Maiores de 23 anos**

Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, o Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Comunicação Social (ECS) aprova o regulamento das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência dos seus cursos de licenciatura dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei

de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, e n.º 49/2005, de 30 de agosto.

## **Artigo 1.º**

### **Âmbito**

São abrangidos pelo concurso especial os estudantes aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, criadas ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março.

## **Artigo 2.º**

### **Objeto das provas**

As provas visam avaliar a capacidade para a frequência de um curso de licenciatura num estabelecimento de ensino superior.

## **Artigo 3.º**

### **Forma**

A avaliação da capacidade para a frequência reveste as formas que sejam consideradas mais adequadas para cada curso e para cada perfil de candidato, em cada estabelecimento de ensino superior.

## **Artigo 4.º**

### **Componentes obrigatórias da avaliação**

1. A avaliação da capacidade para a frequência integral, obrigatoriamente:
  - a) A apreciação do currículo escolar e profissional do candidato;
  - b) A avaliação das motivações do candidato através da realização de uma entrevista;
  - c) A realização de provas teóricas e/ou práticas de avaliação dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso.
2. As provas devem incidir, exclusivamente, sobre as áreas de conhecimento diretamente relevantes para o ingresso e progressão no curso.

### **Artigo 5.º**

#### **Competência**

O Conselho Técnico-Científico fixa a forma que deve revestir a avaliação da capacidade para a frequência de cada um dos seus cursos de licenciatura.

### **Artigo 6.º**

#### **Periodicidade**

As provas são realizadas anualmente.

### **Artigo 7.º**

#### **Condições para requerer a inscrição**

Podem inscrever-se para a realização das provas os candidatos que completem 23 anos até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede a realização das provas e que, cumulativamente, não sejam portadores de habilitação de acesso válida para o curso a que se pretendam candidatar.

## **Artigo 8.º**

### **Requerimento para diversos cursos**

1. Só podem ser requeridas provas para um único curso de licenciatura da ESCS.
2. Excecionalmente, por uma única vez, e até 48 horas após a realização da entrevista do curso a que inicialmente se propôs, o candidato, por sua iniciativa, pode requerer a alteração do curso da licenciatura da ESCS desde que as provas nos dois cursos sejam coincidentes e existam vagas.

## **Artigo 9.º**

### **Vagas**

4. As vagas são fixadas anualmente pelo CTC.
5. As vagas serão divulgadas através de edital divulgado no sítio da internet da ESCS.
6. As vagas fixadas serão comunicadas à Direção-Geral de Ensino Superior nos termos e prazos por esta fixados.

## **Artigo 10.º**

### **Inscrição**

1. A inscrição para a realização das provas de avaliação da capacidade para a frequência é apresentada na ESCS que ministra o curso no qual o candidato pretende ingressar.
2. A inscrição será efetuada mediante as indicações dadas pela ESCS, no que a métodos e prazos respeita, sendo imperiosamente acompanhada do documento de identificação pessoal, cartão de contribuinte, currículo escolar e profissional, certificado de habilitações do candidato e do pagamento das taxas e emolumentos devidos.



3. Todos os factos relevantes do currículo académico e profissional deverão ser confirmados mediante a apresentação dos respetivos comprovativos ou cópias autenticadas dos mesmos.

### **Artigo 11.º**

#### **Prazos**

1. O prazo de inscrição e o calendário de realização de provas é fixado pelo Presidente da ESCS sob proposta do Conselho Pedagógico.
2. O calendário de realização das provas mencionará obrigatoriamente a data de todas as ações relacionadas diretamente com as provas a realizar.
3. O prazo de inscrição, o calendário e regras de realização das provas serão divulgados anualmente, através de edital, divulgado no sítio da internet da ESCS.

### **Artigo 12.º**

#### **Júri**

1. O júri é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS para cada um dos cursos.
2. O júri é composto por um mínimo de três docentes.
3. O júri inclui docentes nas áreas disciplinares das provas.
4. A organização, realização e classificação das provas é da responsabilidade do júri.
5. A organização interna e funcionamento do júri são da competência deste.

### **Artigo 13.º**

#### **Processo de avaliação**

O processo de avaliação da capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos integra, nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, duas componentes:

- a) A realização de provas teóricas e/ou práticas, de avaliação dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e progressão no curso, fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente da unidade orgânica;
- b) A apreciação do currículo escolar e profissional do candidato e a avaliação das suas motivações, feita mediante a realização de uma entrevista.

### **Artigo 14.º**

#### **Prova teórica e/ou prática de avaliação**

1. A realização da prova teórica e/ou prática de avaliação dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso e à progressão no curso, constituem a primeira fase do processo de avaliação.
2. A prova é constituída por duas partes: uma primeira parte incidirá sobre a Língua Portuguesa e uma segunda parte sobre conteúdos associados às disciplinas requeridas nas provas específicas de acesso de cada curso no concurso nacional de acesso ao ensino superior.
3. As matérias sobre as quais incidirá a prova serão afixadas e divulgadas no sítio da internet da ESCS, até trinta dias antes da data calendarizada para o início da realização das mesmas.
4. Será disponibilizada, nos prazos previstos no número anterior, uma prova-modelo que definirá a duração da prova, a cotação-tipo e o material de consulta e/ou apoio permitido quando aplicável.
5. A prova é classificada na escala numérica inteira de 0-20.
6. As pautas com os resultados das provas serão afixadas e divulgadas no sítio da internet da ESCS.

## **Artigo 15.º**

### **Entrevista**

1. A realização de uma entrevista, constitui a segunda fase do processo de avaliação e visa a apreciação, discussão e avaliação do currículo escolar e profissional do candidato, permitindo igualmente, apreciar as suas motivações.
2. A definição dos parâmetros de avaliação do candidato na entrevista é da competência do júri.
3. Serão admitidos à entrevista os candidatos que obtiverem uma classificação igual ou superior a 9,5 valores na prova teórica de avaliação.
4. A data, local e hora de realização das entrevistas, bem como as pautas com os resultados das mesmas, serão divulgadas no sítio da internet da ESCS.
5. A entrevista é classificada na escala numérica inteira de 0-20.

## **Artigo 16.º**

### **Classificação final e seriação**

1. A classificação final corresponde à média ponderada entre a classificação da prova teórica e/ou prática de avaliação (80%) e a classificação da entrevista (20%).
2. A classificação final é expressa na escala numérica inteira de 0-20.
3. Os candidatos com nota igual ou superior a 9,5 valores em ambas as provas são seriados por ordem de classificação final e para o curso a que se candidatam.
4. São colocados os candidatos que preencherem as vagas abertas para cada curso.
5. As pautas de classificação final serão divulgadas no sítio da internet da ESCS.
6. Em caso de empate para a última vaga do concurso será proposto ao Presidente a admissão de todos os candidatos empatados.

## **Artigo 17.º**

### **Efeitos e validade das provas**

1. A aprovação nas provas para o acesso ao ensino superior produz efeitos para a candidatura ao ingresso no par estabelecimento/curso para que tenham sido realizadas.
2. A aprovação neste processo de candidatura é válida para a matrícula e inscrição no próprio ano e nos dois anos letivos subsequentes.
3. As provas têm, exclusivamente, o efeito referido nos números anteriores, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações escolares.

## **Artigo 18.º**

### **Matrícula/Inscrição**

A aprovação nas provas de ingresso específicas permite a candidatura à matrícula e inscrição no ciclo de estudos para o qual foram realizadas, dentro dos prazos e vagas definidos, e mediante o pagamento das taxas e emolumentos devidos.

## **Artigo 19.º**

### **Reclamação**

Os candidatos podem reclamar das classificações obtidas, mediante requerimento dirigido ao presidente do júri, no prazo máximo de 48 horas, contadas a partir da data da publicação dos resultados.

## **Artigo 20.º**

### **Recurso**

Da classificação final obtida é admissível recurso, nos termos gerais de direito, mas apenas com fundamento em vício de forma.

### **Artigo 21.º**

#### **Identificação**

Nos atos das provas e da entrevista, os candidatos têm de fazer-se acompanhar com o seu documento de identificação.

### **Artigo 22.º**

#### **Anulação**

São anulados pelo júri a candidatura e todos os atos subsequentes eventualmente praticados ao abrigo da mesma aos candidatos que:

- a) Não tenham preenchido corretamente o boletim de inscrição;
- b) Prestem falsas declarações ou não comprovem adequadamente as que prestarem;
- c) No decurso do processo tenham atuações de natureza fraudulenta que impliquem o desvirtuamento dos objetivos do mesmo;
- d) Faltem a uma das componentes da avaliação ou que dela expressamente desistam.

### **Artigo 23.º**

#### **Creditação**

Os candidatos colocados têm direito a requerer a creditação da sua experiência profissional e formação académica.

## **Artigo 24.º**

### **Outros assuntos**

A resolução de outros assuntos não explicitados neste regulamento é feita caso a caso pelo júri.

## **Artigo 25.º**

### **Publicação**

O presente regulamento é publicado na 2.ª série do Diário da República.

## **Artigo 26.º**

### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

# **Regulamento Concursos Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior**

## **Titulares de outros cursos superiores**

## **Artigo 1.º**

### **Âmbito**

São abrangidos pelo concurso especial os titulares de grau de bacharel, licenciado, mestre ou doutor.

## **Artigo 2.º**

### **Ciclos de estudos a que se pode candidatar**

Os estudantes abrangidos pelo disposto no artigo anterior podem candidatar-se a qualquer curso de licenciatura.

## **Artigo 3.º**

### **Condições para requerer a candidatura**

A candidatura ao concurso especial definido no artigo 1.º está condicionada à comprovação da titularidade do grau académico possuído.

## **Artigo 4.º**

### **Avaliação da Candidatura**

1. A avaliação da candidatura integra:

- d) A apreciação do currículo escolar, incluindo o grau obtido, a média de curso e a proximidade com a área científica do curso a que se candidata;
- e) A avaliação das motivações e do curriculum profissional do candidato através da realização de uma entrevista;

1. Cada componente será classificado na escala numérica inteira de 0 a 20.

2. A classificação final, para efeitos de seriação, será obtida através da média das duas componentes.

### **Artigo 5.º**

#### **Periodicidade**

As candidaturas são realizadas anualmente.

### **Artigo 6.º**

#### **Candidatura**

1. A candidatura ao concurso especial para titulares de outros cursos superiores é apresentada nos serviços académicos.
2. A candidatura será efetuada mediante as indicações dadas pela Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), no que respeita a métodos e prazos, e ao pagamento das taxas e/ou emolumentos devidos.

### **Artigo 7.º**

#### **Prazos**

1. O prazo de inscrição e a calendarização de todas as ações relacionadas com a candidatura, é fixado pelo Presidente da ESCS, sob proposta do CP e do CTC.
2. A calendarização definida no número anterior, bem como o número de vagas fixadas, são divulgados anualmente através de edital divulgado no sítio da Internet da ESCS.

### **Artigo 8.º**

#### **Júri**



5. O júri é nomeado pelo CTC para cada curso de licenciatura.
6. O júri é composto por um mínimo de três docentes.
7. A organização, realização e classificação da prova é da responsabilidade do júri.
8. A organização interna e funcionamento do júri são da competência deste.

## **Artigo 9.º**

### **Seriação**

7. Os candidatos com nota igual ou superior a 9,5 valores em ambas as componentes são seriados por ordem da sua classificação final e para o curso a que se candidatam.
8. São colocados os candidatos que preencherem as vagas abertas para cada curso.
9. As pautas de classificação final serão divulgadas no sítio da internet da ESCS.
10. Em caso de empate para a última vaga do concurso será proposto ao Presidente a admissão de todos os candidatos empatados.

## **Artigo 10.º**

### **Vagas**

7. As vagas são fixadas anualmente pelo CTC.
8. As vagas serão divulgadas através de edital divulgado no sítio da internet da ESCS.
9. As vagas fixadas serão comunicadas à Direção-Geral de Ensino Superior nos termos e prazos por esta fixados.

## **Artigo 11.º**

## **Creditação**

Os candidatos colocados têm direito a requerer a creditação da sua formação académica e da sua experiência profissional.

## **Artigo 12.º**

### **Outros assuntos**

A resolução de outros assuntos não explicitados neste regulamento é feita caso a caso pelo júri.

## **Artigo 13.º**

### **Publicação**

O presente regulamento é publicado na 2.ª série do Diário da República.

## **Artigo 14.º**

### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.